



Um negócio da China, não, do Japão!

Petrobrás contraria trabalhadores, Justiça e especialistas com a venda de 49% da Gaspetro

Ao apagar das luzes de 2015 a Petrobrás concretizou a venda de 49% da Gaspetro ao grupo japonês Mitsui. A transação que é alvo de sérios questionamentos na justiça foi finalizada no dia 28 de dezembro pela ninharia de R\$ 1,93 bilhão.

Os números do negócio evidenciam as suspeitas de que existem fatos obscuros envolvidos na venda de parte da subsidiária, já que segundo as estimativas feitas pelos bancos JP Morgan e Brasil Plural, os valores de 49% da Gaspetro estavam calculados em 1,3 bilhão de dólares, ou seja, 5,6 bilhões de reais.

Além disso, não é necessário ser economista ou especialista na área de gás e energia para compreender que a venda da Gaspetro representa uma grande perda para a Petrobrás. Em 2014, a subsidiária obteve um lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão e, na média dos últimos quatro anos, até agora divulgados - (2010 a 2014) - o seu lucro ficou em R\$ 1,4 bilhão. Portanto, se a empresa mantiver a média histórica dos lucros anteriores, a abertura de 49% de seu capital pode levar à queda da metade da aquisição do lucro



da Petrobrás, que em números representa cerca de R\$ 750 milhões a menos nos cofres da companhia.

Outro fato que gerou a cobrança de suspensão da venda da Gáspectro, através de ação civil pública impetrada pela assessoria jurídica da FUP e, até mesmo do estado da Bahia, foi a "coincidência" em torno da nomeação de Murilo Ferreira ao Conselho de Administração da Petrobrás. O diretor-presidente da Vale passou a ocupar a presidência do C.A exatamente no período em que se espalharam

as primeiras notícias sobre o possível "negócio do Japão". Para quem não sabe, a Vale é empresa parceira da japonesa Mitsui em uma série de empreendimentos.

Será possível que Murilo tenha presidido o Conselho de Administração da maior empresa de energia do país para garantir o favorecimento da japonesa?

Ação judicial da FUP

Em outubro de 2015, a assessoria jurídica da FUP impetrou uma ação judicial

pedindo a paralisação da venda da Gaspetro, sob a pena de uma multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por dia de descumprimento. O processo foi distribuído em 26/10/2015 sob o nº 0132025-80.2015.4.02.5101 e tramita na 28ª Vara Federal da seção judiciária do Rio de Janeiro. A determinação da justiça é que a Petrobrás se manifeste no prazo de 72h, sobre os termos da inicial da ação, entretanto, este prazo passará a valer somente após a efetiva intimação judicial da empresa.

CUT e demais centrais apresentam ao governo pauta pela retomada do crescimento

Uma das últimas ações da CUT e demais centrais sindicais em 2015 foi o lançamento do "Compromisso pelo Desenvolvimento", que ocorreu em meados do mês de dezembro. Na ocasião, as seis centrais sindicais de trabalhadores reconhecidas oficialmente no país e as entidades de representação patronal apresentaram um documento com propostas para a retomada do crescimento econômico. O evento também teve a participação de especialistas ligados ao Dieese.

O documento, de livre adesão, aponta princípios como "retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica".

A questão dos acordos de leniência é consenso entre os signatários do "Compromisso". Por este



instrumento jurídico, previsto na legislação brasileira, é possível à União recuperar das empreiteiras citadas na Lava Jato somas em dinheiro desviadas, garantir a continuidade das investigações e, ao mesmo tempo, permitir que as empreiteiras e prestadoras de

serviço que atuam nos projetos ligados à Petrobras possam retomar as atividades no setor.

Atualmente, por conta da Lava Jato, companhias citadas nas investigações estão sendo impedidas de continuar tocando as obras e projetos já iniciados, além

de não participarem de novas licitações.

Com o Compromisso, centrais e empresários esperam abrir diálogo com o governo federal, o Legislativo, o Judiciário e órgãos de controle como o TCU, para adotar os acordos de leniência.

MP do Acordo de Leniência pode retomar o crescimento econômico do Brasil

A primeira resposta da presidenta Dilma Rousseff às reivindicações das centrais sindicais pela retomada do desenvolvimento do país foi a assinatura de uma medida provisória que permite acordos de leniência entre empresas envolvidas em esquemas de corrupção com a União, estados e municípios. A medida foi anunciada por Dilma como a primeira das respostas prometidas por ela aos representantes de 70 entidades, entre centrais sin-

dicais e patronais, que lhe entregaram no dia 15 de dezembro de 2015, uma carta com sugestões e propostas pra acelerar o desenvolvimento do país em 2016. O intuito da iniciativa é construir uma agenda econômica positiva, de emprego e renda para este ano. E o acordo de leniência foi uma das solicitações.

A assinatura aconteceu após a reunião da presidência com os representantes de todas estas entidades, além de vários mi-

nistros, no Palácio do Planalto. A presidente destacou que a medida provisória vai permitir que empresas investigadas e declaradas inidôneas possam voltar a fechar negócios com o governo, de forma a preservar empregos. Os termos da MP foram acordados em conjunto entre representantes do Executivo e destas entidades sindicais e patronais.

Dilma Rousseff também explicou que embora a medida

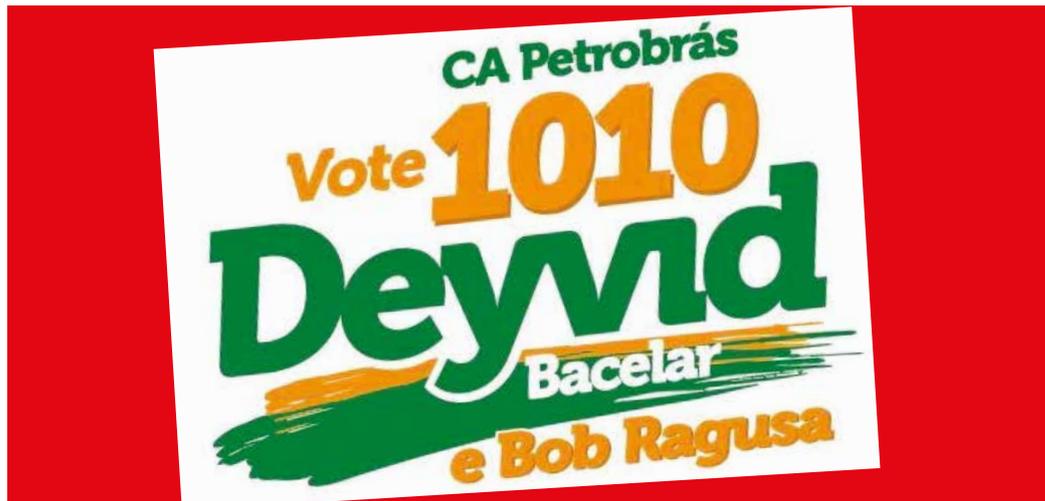
provisória possua itens análogos à proposta que trata do tema no Senado, o governo não pôde esperar o término da tramitação da matéria, diante do período de recesso do legislativo e da perspectiva dos trabalhos no Congresso Nacional só terem continuidade a partir de fevereiro. Segundo destacou, "o país precisa urgentemente de mecanismos mais céleres. E a preservação do emprego dos brasileiros e brasileiras não pode esperar".

Deyvid Bacelar e Bob Ragusa: vote 1010

Nesta sexta-feira, 08, foram encerradas as inscrições das chapas para as novas eleições ao Conselho de Administração da Petrobrás. O início da votação para o 1º turno ocorre entre os 23 e 31 de janeiro.

Como nos anos anteriores, a Federação Única dos Petroleiros e seus sindicatos filiados apoiam uma chapa ao C.A, que neste ano, é composta pelo coordenador do Sindipetro BA e atual representante dos trabalhadores no Conselho, Deyvid Bacelar, candidato à reeleição. O diretor do Sindipetro Unificado de São Paulo, Bob Ragusa, também integra a chapa, concorrendo à suplência do cargo.

A representação dos traba-



lhadores no Conselho é uma recente conquista da categoria petroleira. Participe e vote na

Chapa 1010.

Acesse aqui o vídeo onde Deyvid Bacelar faz um balanço das

atividades sindicais e políticas de 2015: https://www.youtube.com/watch?v=F_LpRG8sHnU

Atuação de Deyvid Bacelar no C.A

O atual conselheiro eleito pelos trabalhadores ao C.A. da Petrobrás, Deyvid Bacelar, tem feito um trabalho de peso dentro da maior instância de decisões da companhia. Ao longo de um ano de sua gestão no C.A, Bacelar informou à categoria, através do seu blog e do "Informativo do CA", os principais temas debatidos nas reuniões do Conselho, assim como as decisões tomadas pelo C.A. Além dos informativos mensais, Deyvid também cumpriu o compromisso de se comunicar com os trabalhadores através das redes sociais ativas e atualizadas diariamente.

Confira a íntegra do balanço de sua gestão no Conselho de Administração da Petrobrás:

"O ano de 2015 foi muito produtivo e de muito trabalho, desde que assumimos a representatividade dos trabalhadores, em abril, no Conselho de Administração da Petrobrás. Foram discutidos temas

importantes nas nossas reuniões, com destaque na aprovação do Plano de Negócios e Gestão 2015/2019 que gerou grande repercussão e uma greve nacional. É no CA que as principais decisões são tomadas e estratégias são traçadas para a Companhia e, por isso, foi importante ter trazido de volta uma pessoa que representa o petroleiro e a petroleira para esse espaço. É importante destacar que estamos avançando nas discussões sobre SMS e Combate a Corrupção, tentando barrar o processo de privatização e minimizar os efeitos negativos da mudança da estrutura organizacional da empresa, que vai acontecer ainda no primeiro trimestre desse ano. Além disso, os 13 compromissos que firmamos durante a campanha foram realizados ou estão sendo, destacando a comunicação, que foi o nosso primeiro compromisso e hoje temos o nosso blog, Informa-

tivo do CA enviado mensalmente e redes sociais ativas e atualizadas; Conseguimos uma participação mais efetiva dos trabalhadores na revisão do Plano de Negócios com a criação do GT Paritário; Temos atuação efetiva na presidência do Comitê de SMS garantindo um maior empoderamento dessa importante área na nova estrutura organizacional da companhia e com revisão de sua gestão; Participamos de 02 Encontros de Conselheiros de Administração Eleitos pelos Trabalhadores em Brasília, além de um Fórum e Reuniões com Deputados Federais e Senadores, onde discutimos a ampliação das atribuições da representação dos trabalhadores nos CA das Estatais; Defendemos e garantimos a realização de reuniões do Comitê de SMS em conjunto com o Comitê de Auditoria, estreitando relações; Conseguimos amarrar em Regimento Interno a participação do

Representante dos Empregados no Comitê Estratégico do CA como convidado permanente; Já foi aprovado no CA e estamos aguardando a realização da Assembleia Geral Extraordinária para alteração do mandato dos Conselheiros de um para dois anos para que haja um tempo adequado para a ambientação e conhecimento dos grandes temas discutidos no CA.

Trabalhamos muito em 2015 e trabalharemos ainda mais no próximo mandato, caso sejamos reeleitos para mantermos essa boa representação dos trabalhadores no CA e com retorno para a categoria. Nosso muito obrigado a todos que contribuem e acreditam no nosso sucesso à frente desse desafio. Continuamos contando com seu apoio nesse mandato para que as contribuições oriundas da base possam estar sendo apresentadas nas mesas de negociação com os demais Conselheiros da Petrobrás."

● Trabalhadores não aceitarão reforma na previdência

Vagner Freitas: Chegou a hora de sair da defensiva e virar o jogo

Em entrevista ao portal da CUT, o presidente da central, Vagner Freitas, analisa os desafios de 2016 e enfatiza a necessidade das mobilizações em defesa da democracia, contra o golpe e pelo desenvolvimento com distribuição de renda, aliadas ao fim da atual política econômica continuam na agenda.

Vagner fala ainda sobre a pesquisa CUT/Vox Populi, intitulada "Brasil: a agenda da população", que referenda o desejo da população de impedir retrocessos, como eventuais mudanças na Previdência, e de manter conquistas como os programas sociais. Confira os principais temas.

CUT nas ruas em março

No início dos trabalhos legislativos estaremos com a pauta dos trabalhadores nas ruas. Os mesmos movimentos que ocuparam todo o país em novembro do ano passado novamente estarão mobilizados em março em defesa da democracia, contra o golpe, contra a reforma da Previdência, pela manutenção dos direitos e para colocar o Cunha (Eduardo Cunha, presidente da Câmara) fora do Congresso.

Foi nossa ação em defesa de direitos e da democracia que fez parceiros, partidos, movimentos que não votaram em Dilma, mas são contra o retrocesso e contra o golpe, virem junto nessa luta, num momento em que os golpistas já davam como certo o impeachment da presidenta e a prisão do Lula. Um enfrentamento que fez as bancadas dos partidos progressistas também se levantarem no Congresso Nacional com a mesma bandeira.

Fomos nós que fizemos um movimento junto aos empresários,



com ações como o Compromisso pelo Desenvolvimento, para isolar golpistas de direita e outros mais. Com esses setores batemos na tecla de que a agenda do Brasil não é a agenda do impeachment e da lava-jato, mas do desenvolvimento econômico, da geração de emprego e renda.

A partir disso, não podemos perder de vista duas grandes frentes: a discussão sobre a reforma do Estado e a disputa de opinião na sociedade. O acerto dos governos Lula, Dilma, Nestor e Cristina Kirchner (ex-presidentes da Argentina), Rafael Correa (ex-presidente do Equador), Hugo Chavez (ex-presidente da Venezuela) e Evo Morales (presidente da Bolívia) foi fazer o embate direto com o neoliberalismo.

O mote da luta da esquerda mundial tem de continuar sendo a derrota do neoliberalismo, porque se não fosse a luta da esquerda, dos movimentos sociais e desse governo no Brasil e na América Latina, o neoliberalismo já teria implementado sua agenda do começo ao fim.

O segredo da esquerda que deu

certo por aqui foi impedir a implementação de uma pauta de redução de custos por meio da redução de direitos, do fim da carteira assinada, das garantias legais num cenário de economia desregulada.

Previdência

Não aceitaremos nenhuma mudança na Previdência e qualquer discussão que venha a ocorrer deve se for feita no Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Renda, Emprego e Previdência, criado no ano passado justamente para discutir essas questões.

A CUT foi chamada e aceitou participar do Fórum por ser um espaço de diálogo, então, não há razão para o ministro da Fazenda falar em reformar e pautar isso como uma das primeiras ações para 2016. Então, criou o Fórum para quê? Queremos que as propostas sejam discutidas pela sociedade nesse ambiente que tem representantes dos trabalhadores, do empresariado, do parlamento e do governo.

E onde devemos tirar consenso sobre questões como a Segurida-

de, que não é só a Previdência, mas todo um sistema de proteção social que o país tem e que não é deficitário. O que precisa é combater a sonegação dos que não recolhem para a Previdência, e não retirar um direito tão importante e tão essencial como a aposentadoria.

E não adianta dizer que esse problema só afligirá nossos filhos e os trabalhadores que adentrarem o sistema a partir de agora. O governo precisa se posicionar sobre isso, porque os neoliberais acham que isso não é importante, que é melhor faltar a Previdência, acabar com todos os direitos adquiridos e vender essa proteção para empresas privadas, como acontece no México e no Chile. Essa é a pauta que não queremos ver aqui.

Desde o Fórum Nacional do Trabalho, em 2003, no mandato do presidente Lula, já defendíamos um sistema público e universal, que é tranquilamente sustentável se cobrar os sonegadores e os devedores, se o orçamento da Seguridade Social for utilizado somente para o financiamento do sistema, se tiver uma gestão transparente e quadripartite, com a participação dos trabalhadores, se a contribuição das empresas passar a ser calculada sobre o faturamento e não somente considerando a folha de pagamento. Esse último ponto, por exemplo, serviria para arrecadar junto a setores que ganham muito, empregam pouco e é algo que já cobramos há muito tempo.

Leia a íntegra da entrevista no site da FUP: <http://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/18810-vagner-freitas-chegou-a-hora-de-sair-da-defesa-e- virar-o-jogo>

C.A da Transpetro: Cardoso - VOTE 3030

